

**MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
5.883 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S)	: DIRETORIA NACIONAL DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
ADV.(A/S)	: BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO

1. Ação direta de inconstitucionalidade, com requerimento de medida cautelar, ajuizada pela Diretoria Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil objetivando a declaração de inconstitucionalidade da *“Regularização Fundiária Urbana - Reurb (disciplinada no Título II da Lei [n. 13.465/2017] - arts. 9º ao 82, e tratada também nos arts. 83 e 84, 87 a 90, e 98; o § 2º do art. 11-C, da Lei n. 9.636, de 1998, incluído pelo art. 93 da Lei; e o § 5º do art. 1º, do Decreto-Lei n. 1.876, de 1981, incluído pelo art. 95 da Lei)”*.

2. O caso não se enquadra na previsão do art. 13, inc. VIII, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

3. Encaminhe-se o processo ao digno Ministro Relator.

Publique-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2018.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Presidente
(art. 13, inc. VIII, do RISTF)